



**Exmo Senhor
Presidente da Comissão de Economia**

**PARECER DO CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE SOBRE A PROPOSTA
DE PLANO REGIONAL PARA O ANO DE 2011**

Em reunião ordinária do Conselho de Ilha de São Jorge, no dia vinte e um de Outubro do corrente ano, e depois de analisada e discutida a Proposta do Plano Regional 2011, os conselheiros registam as considerações tecidas, que enquadram e justificam o parecer relativo ao assunto em análise:

Primeiro - Verificamos que em termos absolutos a ilha de S. Jorge é contemplada com 52 889 271,00 €, cerca de 6,57% do total do Plano, o que ultrapassa a sua incidência na capitação e na área que a ilha representa no contexto regional.

Segundo - Esse valor é grandemente influenciado pelos investimentos a fazer na Escola EB/S das Velas (5 930 000,00 €) e no Aeroporto de S. Jorge (5 346 000,00 €), que em conjunto representam 21,32% do investimento global.

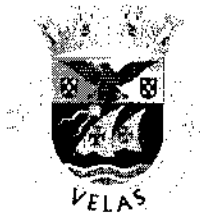
Terceiro - Verificamos também que enquanto a taxa de não desagregação global é de 13,6% sobre o investimento global do Plano a nível regional, a taxa de não desagregação relativamente ao investimento em S. Jorge ultrapassa os 60% (cerca de 64,5%).

Quarto - A falta de desagregação de tão elevada quantia destinada aos investimentos em S. Jorge limita, à partida, este Conselho de Ilha de pronunciar-se mais detalhadamente sobre o presente Plano.

Vejamos os exemplos do Programa "*Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor*" em que não podemos avaliar a verba inscrita já que não se encontra desagregada pelas acções a efectuar; no programa "*Sectores Agrícolas e Florestais*" desconhecemos o destino de tais verbas, a menos que a sua grande totalidade se destine "*a beneficiação de caminhos agrícolas em Santo Antão/Topo*" e "*Conclusão do Projecto e construção do Parque de Exposições Agro-Comerciais de S. Jorge*"; no programa "*Rede viária e transporte terrestres*" desconhecemos as acções concretas a realizar, etc.

Quinto - Assim sendo, este Conselho de Ilha é de opinião que uma proposta de plano não deve ser susceptível de interpretações polissémicas, que poderão, *à posteriori*, serem utilizadas para inviabilizar eventuais críticas relativas ao não cumprimento do que, afinal, nem tinha sido claramente proposto...;

Sexto - Atendendo à complexidade da conjuntura actual, a contenção orçamental é, indubitavelmente, uma questão inultrapassável, pelo que entende este Conselho que, mais do que nunca, se impõe o estabelecimento de prioridades que atendam e dignifiquem a qualidade de vida dos açorianos;



Sétimo - Face a situação actual e às prioridades a estabelecer, este Conselho de Ilha, aceita de bom grado o adiamento de investimentos como, a “*Construção do Parque de Exposições Agro-Comerciais*”; o “*Projecto de execução do edifício do Museu Francisco Lacerda*”; a “*Empreitada do Heliporto da Calheta*” e outras, desde que essas verbas sejam canalizadas para as Escolas EB/S das Velas e Calheta, para a rápida conclusão do Lar de Idosos da Calheta, ou para obras que, na actual conjectura, melhorem a estruturação da economia da ilha.

Oitavo - Consideramos escassas as verbas destinadas à Habitação e à Saúde, sendo que, em termos absolutos, os investimentos nestas áreas são os mais baixos de toda a Região.

Nono - Verifica-se mesmo que a Ilha de São Jorge é a que, *per capita*, tem menor investimento no sector da Saúde, representando apenas 3% da sua totalidade na Região, verificando-se em valores absolutos que só Santa Maria e Corvo ficam aquém dos valores destinados a São Jorge, não se investindo nada na “remodelação, ampliação e beneficiação” dos Centros de Saúde existentes, prevendo-se apenas a “empreitada do Heliporto da Calheta da ilha de São Jorge”;

Décimo - Constata-se também que o projecto relativo ao Eco-Museu foi totalmente olvidado, sem que se saiba se permanece ou não como objectivo político futuro ou se, com efeito, se pretende extingui-lo.

No caso de extinção de tal projecto, que se deixou de ver em qualquer documento de planeamento ou de intenção política, questiona-se este Conselho de Ilha sobre que medidas estruturantes do desenvolvimento económico se prevêem para S. Jorge.

Décimo primeiro - Por último referimos que o entendimento deste Conselho sobre o que deveriam ser as propostas para o crescimento, desenvolvimento e melhoria desta ilha, e dos seus habitantes, foram já registadas, anterior e reiteradamente, em memorandos cuja leitura que, pela falta de resposta, cremos não terá sido das mais atentas por parte dos destinatários.

Décimo segundo - Em fase do exposto, o nosso parecer só poderá ser coerente com tudo o que ficou supra registado, pelo que o mesmo não é totalmente favorável ao documento em análise, pese embora os aspectos positivos que o mesmo comporta, nomeadamente aos citados no ponto primeiro deste parecer.

Velas, 21 de Outubro de 2010

O Presidente da Mesa do Conselho de Ilha de S. Jorge

António Frederico Correia Maciel

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	4064 Proc. Nº 102
Data:	010/11/04 Nº 102/1X